



# Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

23ª Edição – Brasília, 27/8/2020

## No centro da agenda | A importância da atuação da OCB nas últimas vitórias legislativas



Deputados Evair de Melo e Arnaldo Jardim, representando a Frencoop em sessões deliberativas do plenário da Câmara (nos cantos esquerdo e direito), e o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, em audiência da Reforma Tributária na Câmara (no centro)

A agenda política do cooperativismo nos três Poderes da República foi marcada por algumas importantes conquistas legislativas e regulatórias. No âmbito do Congresso, a participação do presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, com a defesa do adquado tratamento tributário ao ato cooperativo, em audiência pública da Comissão Mista da Reforma Tributária, colocou a entidade no privilegiado rol de representantes do setor produtivo que tiveram a oportunidade de defener suas propostas de simplificação e eficiência para o novo sistema tributário.

Complementarmente, o reconhecimento da OCB, da Frencoop e do cooperativismo foram destaque em duas conquistas de suma importância para o segmento nas duas últimas semanas: 1) a admissão do ato cooperativo nas operações de integração vertical praticado por cooperativas de integração vertical, com a derrubada de voto presidencial à Lei do Agro; e 2) o devido respeito às particularidades das cooperativas na aprovação da nova Lei de Falências e de Recuperação Judicial (PL 6.229/2005) pela Câmara dos Deputados.

Essas conquistas comprovam a atuação eficiente e focada da representação política do cooperativismo em âmbito nacional, fruto do equilíbrio entre: a) a atuação institucional e política da entidade; b) do engajamento e mobilização da base de unidades estaduais e de cooperativas junto aos parlamentares da Frencoop; e, por fim, c) ao grau de amadurecimento técnico das propostas cooperativistas, a partir dos insumos prestados pelos conselhos consultivos dos ramos, comitês jurídicos e tributários, consultorias e fóruns setoriais. A seguir, demonstraremos as principais estratégias que têm sido levantadas pela OCB para o enfrentamento do debate na Reforma Tributária e nos demais temas de interesse do setor.

**Principais estratégias:** Dada a rápida condução que as decisões políticas estão ganhando por meio das votações virtuais, a atuação da OCB tem sido focada nos seguintes eixos:





# Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

23ª Edição – Brasília, 27/8/2020

**O elo entre os tomadores de decisão e a base:** Por mais que, por ventura, cooperativas e cooperados não gostem ou não possam acompanhar as decisões do que acontece nos três Poderes, em nível federal, todos os dias temos que lidar com novas proposições legislativas, regulamentações do governo e decisões judiciais dos Tribunais Superiores.

Segundo o monitoramento semanal da equipe de Relações Institucionais da OCB, desde o início da pandemia, foram mais de 2 mil proposições legislativas apresentadas no Congresso com objetivo de dirimir os impactos sociais, econômicos e sanitários causados pela Covid-19. Destes, pelo menos metade deles têm impacto direto ou indireto para as nossas cooperativas. Mesmo antes da pandemia, a equipe da OCB, ao mapear o histórico de normativos publicados no Diário Oficial, nos últimos cinco anos, constatou uma média de mais de 200 atos do Poder Executivo com impacto para as cooperativas por mês. No caso do Judiciário, os números também impressionam: em 2019, a Assessoria Jurídica da OCB mapeou mais de 17 mil ações judiciais com impacto para diferentes ramos do cooperativismo.

Para tanto, a OCB, por meio de um contato direto e constante com as Unidades Estaduais e com os conselhos consultivos dos ramos das cooperativas, consegue diminuir essa distância entre o que acontece em Brasília e entre as prioridades das cooperativas de acordo com a realidade de cada setor e região do país. Este fato tem sido fundamental para que a entidade se antecipe em relação às demais entidades na defesa dos pleitos cooperativos no Congresso. Além disso, a OCB consegue contar com propostas representativas e com um alto grau de legitimidade. Como em qualquer atividade, a confiança é um dos bens mais importantes para abrir portas em negociações. Neste contexto, a aproximação das Unidades Estaduais e cooperativas aumentam a qualidade das propostas, a credibilidade da OCB e a influência do setor.



**Interlocução com atores-chave no processo decisório:** Por fim, acreditamos que, por meio do foco em determinadas parcerias e coalizões estratégicas com entidades, frentes parlamentares, deputados e senadores, bem como assessores, consultores técnicos e autoridades públicas, o setor cooperativista consegue abranger um importante espaço de diálogo e interlocução com os principais tomadores de decisão. Convivendo em um ambiente político com a presença de 513 deputados, 81 senadores e com milhares de agentes públicos do 1º, 2º e 3º escalão nos Três Poderes, é necessário, muitas vezes, focar em alguns atores-chaves.



As Frentes Parlamentares do Cooperativismo (Frencoop), do Agro (FPA) e em defesa do Sistema S se destacam como as principais bancadas de defesa do cooperativismo no Congresso. Entre as entidades, o IPA, congregando mais de 45 entidades do agro, e o Fórum das Confederações, com representantes dos principais setores da economia, são os principais fóruns de participação.

**Agenda Institucional, Frencoop e mobilização das cooperativas:** Atualmente, a OCB conta com cerca de 40 parlamentares vistos como o núcleo duro da Frente Parlamentar do Cooperativismo, principais articuladores e porta-vozes do nosso segmento nas discussões legislativas e nos debates junto ao Executivo e ao Judiciário. Neste contexto, a entidade aposta, ainda, num novo modelo de comunicação com as autoridades públicas e com as cooperativas na base, de forma a acionar o movimento cooperativista em momentos-chave do processo legislativo. A Agenda Institucional do Cooperativismo, já em sua 14ª Edição, se destaca como principal noerteadora das prioridades das cooperativas no âmbito dos três Poderes, como um guia da atuação de parlamentares e demais autoridades públicas. Todos esses instrumentos têm sido importantes motores da atuação de representação política da OCB, tendo em vista o desenvolvimento do marco regulatório do cooperativismo.



Agenda Institucional do Cooperativismo, Frente Parlamentar do Cooperativismo e o novo modelo de comunicação da representação cooperativista: alguns dos importantes elos para os recentes avanços do marco regulatório do nosso setor.

[Link para links da semana e edições anteriores.](#)



[somoscooperativismo.coop.br/covid-19](http://somoscooperativismo.coop.br/covid-19)